

Capitalismo, Governo e a Figura do Empresário Qual a Percepção da População no Contexto Brasileiro?

<http://dx.doi.org/10.21527/2237-6453.2021.54.68-82>

Recebido em: 8/6/2020

Aceito em: 24/11/2020

Otávio Luiz Teodoro¹, Ivanete Schneider Hahn¹, Flavia Luciane Scherer²,
Nathalia Rigui Trindade³, Máira Nunes Piveta²

RESUMO

A polarização política tem figurado cada vez mais no cotidiano das pessoas, e, por ter grande impacto no funcionamento da sociedade, tornou-se um problema social e econômico. A eleição de um novo presidente, alinhado aos ideais de direita após um longo período de governos de esquerda, aflorou ainda mais o debate. Ademais, essa conjuntura auxiliou no surgimento de alguns personagens que se sobressaíram neste cenário de transição política, como foi o caso da classe empresarial brasileira, intimamente ligada ao sistema capitalista. O presente estudo, portanto, apresentou como objetivo identificar a percepção da população sobre o capitalismo, o governo e a figura do empresário no cenário brasileiro. Para tanto, foi conduzida uma pesquisa descritiva, com abordagem quantitativa, operacionalizada por meio de uma *survey* com 534 respondentes. Para a análise dos dados foram utilizadas técnicas estatísticas univariadas e bivariadas. Os resultados elucidaram que: (1) constatou-se que as variáveis sociodemográficas de gênero, escolaridade, renda e etnia não tiveram diferenças significativas em relação às percepções de capitalismo, governo e empresários; (2) a religião possui correlação significativa com a percepção de Capitalismo, dos Empresários e de Estado; (3) a Percepção de Capitalismo e a Percepção de Estado estão positivamente correlacionadas com a percepção dos empresários.

Palavras-chave: Capitalismo. Estado. Governo. Empresário.

CAPITALISM, GOVERNMENT, AND THE FIGURE OF THE ENTREPRENEUR: WHAT IS THE PERCEPTION OF THE POPULATION IN THE BRAZILIAN CONTEXT?

ABSTRACT

A political polarization has become increasingly, and due to a great impact is becoming a social and economic problem. At the election of a new president, with right-winger ideas after a long period of left-winger governs raised the debate. Furthermore, this conjuncture did not arise from some people who overcame this scene of political transition, such as the case of the Brazilian business class, intimately linked to the capitalist system. Therefore, the present study aimed to identify the perception of the population about capitalism, the government, and the figure of Brazilian businessman. Therefore, a descriptive and quantitative research was conducted, operationalized through a survey with 534 respondents. To analyze data, we used univariate and bivariate statistical techniques. The results elucidate that: (1) it is verified that the sociodemographic variables of gender, schooling, income and ethnicity do not have significant differences in relation to perceptions of capitalism, government and businessman; (2) a religion has a significant correlation with the perception of Capitalism, Entrepreneurs and Government; (3) Perception of Capitalism and Perception of Government are positively correlated with the perception Brazilian businessman.

Keywords: Capitalism. State. Government. Businessman.

¹ Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (Uniarp). Caçador/SC, Brasil.

² Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Santa Maria/RS, Brasil.

³ Autora correspondente. Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Av. Roraima, nº 1000 – Cidade Universitária, Bairro Camobi. CEP 97105-900. Santa Maria/RS, Brasil. <http://lattes.cnpq.br/1359280473595054>. <https://orcid.org/0000-0003-1361-6501>. nathaliariguitrindade@gmail.com

O Brasil vem atravessando, ao longo dos anos, um significativo crescimento dos debates políticos e públicos no que diz respeito a questões de cunho econômico, político, educacional, social e ambiental. Considerando que o aumento destes debates teve início em meados de 2013, durante as Jornadas de Junho – as quais podem ser entendidas como um ciclo de protestos que se espalharam pelo Brasil em meados de 2013 (PEREZ, 2019), é possível associar uma série de acontecimentos desencadeados a partir disso. Desse momento em diante, a população brasileira pôde presenciar um ativo envolvimento da sociedade no debate acerca dos rumos políticos do país como há muito tempo não existia.

A princípio, estes movimentos surgiram para contestar o aumento nas tarifas de transporte público nas principais capitais brasileiras e foram as maiores mobilizações no país desde as manifestações pelo *impeachment* do então presidente Fernando Collor de Mello em 1992. Dados do Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE, 2013) mostram que essas mobilizações chegaram a contar com a simpatia de até 84% da população. Ao mesmo tempo, a deflagração da Operação Lava Jato, em 2014, trouxe à tona diversos escândalos de corrupção, envolvendo empresas estatais e privadas e, também, diversas figuras políticas. Todo esse conjunto de fatores contribuiu para um olhar mais atento e questionador por parte da sociedade brasileira com relação aos acontecimentos políticos do país (IBOPE, 2013).

Com isso, tem-se que o descontentamento popular com o governo da época – com 69% de desaprovação no início do ano (IBOPE, 2016) –, o crescente descrédito das grandes mídias e a ascensão das redes sociais *on-line*, deram início a uma discussão mais acalorada entre pessoas alinhadas à esquerda e à direita política. A respeito disso, cabe esclarecer que o espectro político esquerda-direita, utilizado neste artigo, trata-se de um conceito geral de enquadramento de ideologias e partidos (KNAPP; WRIGHT, 2006).

Derivada desta onda de insatisfação com o governo da época, o qual pertencia a um partido com ideais alinhadas mais à esquerda, observou-se uma expressiva organização de representantes da direita na sociedade brasileira buscando mudar os rumos políticos do país por meio de discursos inflamados que reivindicavam, por exemplo, maior liberdade econômica e a redução da carga tributária. A classe empresarial, oriunda do sistema capitalista, configura-se num destes grupos, consistindo num dos segmentos mais importantes deste ciclo de manifestações ao ocupar as principais avenidas das grandes cidades brasileiras promovendo manifestações.

Assim sendo, a partir do aumento da polarização entre posicionamentos políticos e surgimento de personagens esquerdistas e direitistas, ganhou força no cenário brasileiro a discussão sobre o sistema capitalista e o papel dos empresários nessa realidade, bem como a inevitável participação do Estado na economia e na vida em sociedade. Motivado, portanto, pelo cenário político brasileiro, sua polarização no espectro esquerda-direita e a crescente participação e envolvimento da população brasileira com questões e debates de cunho político e econômico, o presente estudo buscou identificar a percepção da população sobre o capitalismo, o governo e a figura do empresário no cenário brasileiro.

Posto isto, ressalta-se que, embora sejam bastante discutidos na literatura acadêmica por autores como Baungarte *et al.* (2019), Cunha e Rezende (2018), Santos *et al.* (2016), Tavares e Rodrigues (2015), Baggenstoss e Donadone (2013), Peixoto e Arrais (2012), Goerck (2009), Almeida *et al.* (2008), Teodósio (2007), Layrargues (2000) e Bursztyn (1994), dentre outros, a figura do empresário, o capitalismo e o estado brasileiro são normalmente trabalhados de forma isolada e em diferentes contextos, e não de maneira interligada. Assim, com a realização do presente estudo espera-se contribuir com esta lacuna de pesquisa.

Por conseguinte, este artigo encontra-se assim estruturado: num primeiro momento, apresenta-se o referencial teórico do estudo destinado a expor as principais bases conceituais abordadas nesta pesquisa, a saber: o capitalismo e a figura do empresário e a estrutura do Estado brasileiro; na sequência, é apresentado o percurso metodológico adotado para a consecução do estudo; a seguir são elucidados os principais resultados da pesquisa, e, após, as discussões; por fim, são expostas as considerações finais, limitações de pesquisa e sugestões de futuros estudos.

CAPITALISMO: Definição e as Perspectivas Histórica e Moderna

O termo capitalismo surgiu em 1753 na *Encyclopédia*, com o sentido estrito do “estado de quem é rico” (BRAUDEL, 1982). De acordo com o *Oxford English Dictionary* (OED), o termo capitalismo foi usado pela primeira vez pelo escritor William Makepeace Thackeray, em seu trabalho *The Newcomes* (1845), e significa “ter a posse do capital”. Ademais, conforme Braudel (1982), o uso inicial do termo capitalismo, em seu sentido moderno, foi atribuído a Louis Blanc em 1850 e Pierre-Joseph Proudhon em 1861. Marx e Engels foram os primeiros a referirem-se ao sistema capitalista e ao modo de produção capitalista em “O Capital” (1867).

O capitalismo é um sistema econômico e uma ideologia baseada na propriedade privada dos meios de produção e sua operação com fins lucrativos (ZIMBALIST; SHERMAN; BROWN, 1988). As características centrais deste sistema incluem, além da propriedade privada, a acumulação de capital, o trabalho assalariado, a troca voluntária, sistema de preços e mercados competitivos (HYMAN; BAPTIST, 2014). De acordo com Gregory e Stuart (2013), em uma economia de mercado as decisões e investimentos são determinados pelos proprietários dos fatores de produção nos mercados financeiros e de capitais, enquanto os preços e a distribuição de bens são principalmente determinados pela concorrência no mercado.

Por muitos o capitalismo é considerado um sistema irracional, em que a produção e a direção da economia não são planejadas, criando incoerências e contradições internas (BRANDER, 2006). Thompson (1966), Lazonick (1990) e Ostergaard (1997) comparam o trabalho assalariado com a escravidão. Como resultado, a frase “escravidão assalariada” é frequentemente utilizada de forma pejorativa para se referir ao trabalho assalariado (HALLGRIMSDOTTIR; BENOIT, 2007).

Com o advento da Revolução Industrial, pensadores como Karl Marx elaboraram uma comparação entre trabalho assalariado e escravidão no contexto de uma crítica de propriedade social não intencionada para o uso pessoal ativo (MARX, 1977). Marx

prossegue seu pensamento complementando que o salário é apenas um nome especial dado ao preço da força de trabalho (mercadoria) oferecida pelo operário ao capitalista em troca de outra mercadoria: o dinheiro (MARX, 1977).

Alguns pensadores anticapitalistas afirmam que a elite detentora de capital mantém a escravidão salarial e classes de trabalho divididas por meio de sua influência sobre o setor de mídia e entretenimento, educação, leis injustas, propaganda nacionalista e corporativa e pressão com o medo do desemprego (CHOMSKY, 1992).

Ainda segundo autores marxistas, a escravidão assalariada é uma condição ocasionada pela existência da propriedade privada, e essa situação repousava principalmente em: (I) a existência de uma propriedade não destinada ao uso ativo; (II) a concentração de propriedade em poucas mãos; (III) a falta de acesso direto dos trabalhadores aos meios de produção e bens de consumo e (IV) a existência de uma quantidade de trabalhadores desempregados que servem como reservas de mercado. Segundo Harvey (1982), o capitalismo cria condições de desenvolvimento volátil e geograficamente desigual.

Estudiosos também destacam que a abordagem capitalista não leva em conta a preservação dos recursos naturais (CASTRO, 2004). De acordo com Jones (2011), o modelo capitalista cria três problemas ecológicos: crescimento, tecnologia e consumo. O autor (2011) considera que o problema do crescimento resulta da natureza de acumulação de capital. Por sua vez, a inovação tecnológica funciona como uma ferramenta para expansão do sistema e criação de desemprego, uma vez que os trabalhadores vão sendo substituídos por máquinas (HARRIS, 2013). Já o consumo é centralizado em torno da acumulação de capital e negligência no valor do uso da produção (JONES, 2011).

Vale destacar que o capitalismo moderno emergiu de uma grave situação social na Inglaterra do século 18, quando aproximadamente dois milhões de pessoas indigentes a quem o sistema social em vigor nada proporcionou, aliadas à falta de matérias-primas, levaram os governantes da época a uma situação de desespero sem ter ideia de como melhorar as condições (MISES, 1979). Dessas pessoas em situações precárias surgiram aqueles que tentaram organizar grupos e estabelecer pequenos negócios capazes de produzir alguma coisa. Esses indivíduos inovadores não produziam artigos caros, mas, sim, bens mais baratos que satisfaziam as necessidades de todos (MISES, 1979).

Com isso, é muito comum associar-se à figura do empresário ao capitalismo como se este, na concepção de De Paula, Cerqueira e Albuquerque (2004), fosse um herói indispensável ao triunfo do sistema econômico capitalista. Além disso, é consenso que o empresário é um “personagem decisivo, porque é um dos agentes principais do processo de competição capitalista, processo que é o da efetivação-materialização das categorias econômicas, da formação efetiva dos preços, da distribuição da renda” (DE PAULA; CERQUEIRA; ALBUQUERQUE, 2004).

Por fim, de acordo com Stilwell (2002), a maioria das economias capitalistas existentes na atualidade são economias mistas, as quais combinam elementos de livre-mercado com intervenção estatal e planejamento econômico. Diferentes formas de capitalismo apresentam distintos graus de livre-mercado, propriedade pública, obstáculos à livre-concorrência e políticas sociais sancionadas pelo Estado (GREGORY; STUART, 2013).

ESTADO: Definição, Estrutura e Governo Brasileiro

De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil (BRASIL, 1988), a organização político-administrativa compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os municípios, todos de forma autônoma, como “esferas do governo”. Consta também na Constituição Brasileira que a federação é definida em cinco princípios: soberania, cidadania, dignidade da pessoa humana, valores sociais e pluralismo político. A constituição ainda definiu a criação de um sistema de tripartição de poderes independentes, sendo o poder Executivo responsável pela função administrativa, segundo a qual o poder pertence ao povo e é exercido em nome do povo.

O poder Legislativo é definido de forma bicameral, composto pela Câmara dos Deputados e Senado Federal. Esse poder também tem a função de auxiliar o Congresso Nacional na fiscalização contábil, financeira, orçamentária e operacional quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação e renúncia de receitas. Já, o poder Judiciário tem a função jurisdicional, que é o poder de compor os conflitos de interesses de cada caso concreto por intermédio de processos judiciais, aplicando normas gerais e abstratas (TEIXEIRA, 2011).

A forma de governo do Brasil é a de uma república democrática com sistema presidencial. Todos os membros do Poder Executivo e Legislativo são eleitos diretamente, diferentemente dos juízes e demais componentes do Poder Judiciário, que são nomeados após aprovação em exames de entrada. O presidente é o chefe de Estado e chefe do governo, e o mesmo é eleito pela população para um mandato de quatro anos por meio do voto secreto, e tem a possibilidade de reeleição para mais um mandato de, também, quatro anos. Ressalta-se que cabe ao presidente eleito a responsabilidade de nomear ministros do Estado, os quais têm o dever de auxiliar no governo (BRASIL, 1988).

A Constituição Brasileira é comumente criticada por ser muito extensa, prolixa e analítica (WENDPAP, 2004). Tal característica fez com que a Constituição fosse emendada várias vezes para poder se adequar às mudanças ocorridas na sociedade, processos esses que são bastante custosos (SOBRINHO, 2008). Além disso, é tachada por reproduzir um modelo de capitalismo de Estado, contribuindo para a manutenção de monopólios estatais e regulações, o que permitiu que, em 2017, o Estado brasileiro tivesse participação em mais de 650 empresas. Na visão de alguns pesquisadores, a corrupção serve-se desse modelo para se fortalecer e perpetuar por meio dos governos (GUROVITZ, 2017).

Para além disso, Doepke e Zilibotti (2013) alegam que a imposição de altos impostos à classe empresarial e aplicação de desestímulos de outras naturezas por parte do Estado brasileiro, poderiam resultar em um distanciamento da população de uma orientação ao empreendedorismo. A exemplo, de acordo com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Brasil será o país com a maior alíquota de imposto sobre o lucro das empresas em todo o mundo, passando à frente da França, que promoverá uma queda de 34,4% para 25% até 2022. No Brasil, a alíquota que incide sobre o lucro das empresas é de 34%.

Retomando a menção empreendida na seção anterior a respeito de economias mistas – caracterizadas pela conciliação de elementos de livre-mercado com a intervenção estatal –, emerge a necessidade de conceituar o intervencionismo e o neoliberalismo. O intervencionismo estatal consiste na extrapolação por parte do governo das atividades de preservação da ordem ou produção de segurança, revelando um governo com ambição de fazer mais e interferir nos fenômenos de mercado (MISES, 1979).

Nesse sentido, o governo busca interceder com a finalidade de obrigar as pessoas de negócios a conduzirem suas atividades de maneira diferente ao que fariam caso tivessem que obedecer apenas aos seus consumidores. Em outras palavras, o governo almeja assumir para si o poder, ou, ao menos, parte dele, que, na economia de livre-mercado, compete somente aos consumidores (MISES, 1979).

No Brasil, o intervencionismo estatal ganhou força a partir do início da chamada Era Vargas (1930-1945), momento em que se iniciou a mudança de uma política liberal para o intervencionismo com a centralização dos setores ligados à economia no governo federal por meio de leis que passaram a regulamentar as atividades produtivas (PEREIRA, 2007). A principal característica do intervencionismo de Vargas foi a criação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), sancionada em 1º de maio de 1943. Sua estrutura é composta por oito capítulos que abrangem e especificam direitos trabalhistas brasileiros.

Alguns críticos afirmam que as leis trabalhistas prejudicam os trabalhadores, uma vez que oneram demasiadamente as empresas e desestimulam contratações e investimentos. Um estudo da Fundação Getúlio Vargas concluiu que as obrigações trabalhistas representam até 48% do custo de um empregado (FGV, 2012). Além disso, como o trabalho formal é dispendioso, o trabalhador acaba sendo jogado para a informalidade, posto que as empresas não teriam condições de arcar com todas as obrigações. Corroboram esse raciocínio os dados que indicam que, mesmo em momentos de crescimento econômico, a informalidade permanece elevada no Brasil (BELMONTE, 2016).

Já o neoliberalismo baseia-se na premissa de que o Estado mínimo e a não intervenção no mercado resolveriam os problemas da sociedade (NETO, 2011). Para Neto (2011), a partir da década de 70 do século 20 houve uma ascensão das políticas neoliberais, cujos defensores consideravam o movimento um processo natural da evolução histórico-econômica, uma “nova” fase do capitalismo, na qual a supremacia do mercado seria a solução para as mazelas sociais das populações dos países periféricos e semi-periféricos.

Assim, o foco central desse modelo está atrelado às críticas feitas quanto à ineficiência e o tamanho do Estado e, portanto, à defesa da privatização do mesmo, pois se acredita que, assim, o mercado poderá atender às demandas sociais que o poder público não soube ou não pôde. Neto (2011) destaca, no entanto, que esse modelo deve ser discutido e analisado a partir da realidade e peculiaridade de cada país, pois as consequências são diferenciadas perante o grau de desenvolvimento social e econômico de cada um.

Por conseguinte, a exposição realizada no referencial teórico supracitado propõe que exista um fio condutor que interligue e relacione de distintas formas os temas trabalhados neste estudo. O capitalismo, a figura do empresário e o Estado encontram na atualidade brasileira um terreno fértil para investigação. Deste modo, a seguir será apresentado o percurso metodológico adotado para a consecução da pesquisa.

PERCURSO METODOLÓGICO

Tendo em vista o objetivo do presente estudo, que consistiu em identificar a percepção da população sobre o capitalismo, o governo e a figura do empresário no cenário brasileiro, realizou-se uma pesquisa descritiva de natureza quantitativa, cuja operacionalização ocorreu por meio de uma *survey*. A pesquisa quantitativa permite a quantificação de dados e o seu tratamento ocorre mediante técnicas estatísticas (CRESWELL, 2007).

O universo desta pesquisa é a população brasileira. Para a escolha do tipo de amostragem o pesquisador deve levar em consideração o tipo de pesquisa, a acessibilidade e a disponibilidade de alcançar a população escolhida e os recursos financeiros e pessoais, dentre outros aspectos (MATTAR, 2014).

A coleta de dados ocorreu de forma eletrônica, o que gerou ganhos de eficiência e importância comparável à concepção e aplicação de questionários autoadministrados (DILLMAN, 2000). O questionário foi encaminhado utilizando-se a perspectiva teórica do método *snowball*, isto é, foi iniciada por meio dos contatos dos pesquisadores em redes sociais *on-line* (*WhatsApp, Instagram, Facebook e LinkedIn*) e estes os reencaminhavam ou compartilhavam com suas redes. Desta forma, para a seleção dos participantes da presente pesquisa, utilizou-se uma amostragem não probabilística, na qual a escolha dos respondentes foi aleatória simples, por conveniência, e a probabilidade de inclusão de cada indivíduo na população não é conhecida e nem equivalente. No total, a amostra da pesquisa foi constituída de 534 participantes. Na sequência, a Tabela 1 apresenta o perfil da amostra.

Tabela 1 – Perfil dos respondentes

Idade	Até 21 anos	22,5%
	Entre 22 e 37 anos	62,0%
	Entre 38 e 53 anos	12,4%
	Entre 54 e 72 anos	3,0%
	73 anos ou mais	0,2%
Gênero	Masculino	36,3%
	Feminino	63,5%
	Prefere não responder	0,2%
Estado civil	Casado(a)/União Estável	32,0%
	Divorciado(a)/Separado(a)	4,5%
	Solteiro(a)	62,9%
	Viúvo(a)	0,6%

Escolaridade	Ensino Fundamental	1,3%
	Ensino Médio	20,3%
	Ensino Superior Incompleto	30,5%
	Ensino Superior Completo	25,7%
	Pós-Graduação (Especialização/MBA)	18,4%
	Pós-Graduação (Mestrado/Doutorado)	3,9%
Renda Familiar	Até 2 salários mínimos	19,7%
	De 2 a 6 salários mínimos	53,6%
	De 6 a 10 salários mínimos	17,0%
	De 10 a 14 salários mínimos	4,7%
	Mais de 14 salários mínimos	5,1%
Religião	Ateus	0,4%
	Católicos	59,7%
	Protestantes	2,8%
	Pentecostais	5,6%
	Sem religião	20,2%
	Espíritas	7,3%
	Mórmons	0,4%
	Testemunhas de Jeová	0,4%
	Umbandistas	2,2%
	Diversos/outros	1%
Etnia	Amarelos	1,7%
	Brancos	80,5%
	Indígenas	0,4%
	Miscigenados/caboclos	0,6%
	Negros	2,6%
	Pardos	14,2%

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Sobre o perfil dos respondentes, verifica-se que a maioria deles possui até 37 anos, são do gênero feminino (63,5%), mais de 80% são brancos e solteiros (62,9%), com ensino superior completo ou incompleto (percentual somado de 56,2%) e possuem renda familiar de até 6 salários mínimos. Ainda, observa-se que a maioria dos respondentes se considera adepto da religião católica (59,7%).

O questionário *on-line*, elaborado por meio da ferramenta de formulários *on-line* do *Google Drive*, foi aplicado entre os meses de setembro e outubro de 2019. Este questionário estruturado foi organizado em quatro blocos, elaborados a partir da literatura, a saber:

- 1. Perfil do Respondente:** idade, gênero, estado civil, unidade federativa, profissão, faixa de renda do grupo familiar, escolaridade, religião e etnia.
- 2. Percepções sobre Capitalismo:** foram feitas afirmações sobre o sistema econômico capitalista, analisadas por meio de uma escala de Likert de cinco pontos (1-5), variando de (1) discordo totalmente a (5) concordo totalmente.

3. **Percepções sobre o Estado:** afirmações sobre o quanto o Estado deve controlar a economia e a vida da população, também analisadas por meio de uma escala de Likert de cinco pontos (1-5), variando de (1) discordo totalmente a (5) concordo totalmente.
4. **Percepções sobre Empresários:** afirmações sobre a figura do empresário, da mesma forma analisadas por meio de uma escala de Likert de cinco pontos (1-5), variando de (1) discordo totalmente a (5) concordo totalmente.

Para análise dos dados utilizou-se o *software SPSS Statistics 21*. Inicialmente realizou-se a preparação da matriz de entrada de dados, quando foram analisados *missing values*, *outliers* e a normalidade da distribuição de dados. Em seguida fez-se a análise descritiva dos dados e a análise univariada, em que se pode identificar a apresentação das medidas de média, desvio padrão, valores mínimo e máximo da frequência dos comportamentos. Por fim, foi realizada a análise bivariada dos dados, com o objetivo de testar diferenças e possíveis correlações entre as variáveis. Os resultados obtidos são apresentados na próxima seção.

RESULTADOS

Inicialmente apresenta-se as percepções gerais a respeito das dimensões Capitalismo, Governo e Empresários (Tabelas 2, 3 e 4), seguidas das análises das diferenças entre grupos, e a correlação entre as dimensões são evidenciadas (Tabelas 5 e 6).

Tabela 2 – Análise da percepção de capitalismo (n = 534)

Variável observável	Média	Desvio Padrão	Frequência (%)				
			1	2	3	4	5
O capitalismo é um modelo econômico justo	2,993	1,2297	16,5	13,9	36,1	21	12,5
O capitalismo promove desigualdade social	3,610	1,3174	9,9	10,5	22,7	22,5	34,5
Para uma pessoa ganhar dinheiro, outra necessariamente precisa perder dinheiro	2,206	1,3555	45,3	17	19,3	8,4	9,9
O capitalismo é a exploração do homem pelo homem	3,137	1,3691	17,8	12	31,3	16,7	22,3
O capitalismo incentiva inovações	4,017	1,0896	3,2	5,8	21,9	24,3	44,8
O capitalismo causa degradação do meio ambiente	3,639	1,2667	8,4	9,6	25,5	22,8	33,7

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

A partir dos dados evidenciados na Tabela 2 é possível perceber que a maior parte dos respondentes acredita que o capitalismo incentiva a criação de inovações (média 4,017). Apesar disso, muitos respondentes também acreditam que ele promove desigualdades sociais (média 3,610) e causa a degradação do meio ambiente (média 3,639).

A Tabela 3 apresenta os dados da análise da percepção dos respondentes sobre o governo brasileiro.

Na Tabela 3 pode-se observar, em termos econômicos, um viés mais liberal nas respostas dos participantes, pois a maior parte dos respondentes tende a discordar de que o governo deve controlar e intervir na economia do país (média 2,781). Para além, é possível notar uma perspectiva liberal nas questões relacionadas ao aborto, com a maioria dos respondentes discordando da afirmação de que o aborto deve ser proibido pelo governo (média 2,751). Em contrapartida, a maioria dos respondentes concorda

que o governo deve controlar a venda de armas de fogo (média 4,099), manter as drogas proibidas (média 3,403) e controlar a saúde e segurança de todos os cidadãos (média 3,800).

Tabela 3 – Análise da percepção do governo brasileiro (n = 534)

Variável observável	Média	Desvio Padrão	Frequência (%)				
			1	2	3	4	5
O governo deve controlar a economia do país, manipulando-a da forma mais conveniente possível	2,781	1,3638	24,9	16,5	29,2	14,4	15
O governo deve controlar a saúde e segurança de todos os cidadãos	3,800	1,2817	8,2	8,8	18,2	24,3	40,4
Imposto é uma arrecadação necessária	3,199	1,2471	12,0	15,2	32,4	21,9	18,5
A internet deve ser totalmente livre, sem controle do governo	3,854	1,2795	7,1	8,4	22,1	16,7	45,7
Não deve haver impostos sobre heranças	3,863	1,3989	11,0	7,7	16,1	14,2	50,9
O governo deve controlar a venda de armas de fogo	4,099	1,2978	8,2	5,1	15,0	12,0	59,7
As drogas devem continuar proibidas pelo governo	3,403	1,5608	18,5	13,3	18,2	9,4	40,6
O governo deve dizer o que é ensinado nas escolas	2,582	1,4101	34,5	11,6	29,0	11,0	13,9
O aborto deve ser proibido pelo governo	2,751	1,6102	37,3	7,9	22,7	6,9	25,3

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

A Tabela 4 apresenta os dados referentes à percepção dos respondentes e suas opiniões sobre os empresários, bem como seu papel na sociedade.

Tabela 4 – Análise da percepção de empresários (n = 534)

Variável observável	Média	Desvio Padrão	Frequência (%)				
			1	2	3	4	5
Empresários são pessoas fundamentais para o crescimento da economia	4,120	1,0666	3,7	4,5	15,5	28,5	47,8
Empresários, em geral, pensam apenas em seus lucros	3,395	1,2626	10,5	12,9	26,4	27,0	23,2
Empresários ficam ricos por meio da exploração do trabalho de outras pessoas	2,948	1,3797	19,5	21,0	23,2	18,0	18,4
Os empresários normalmente se importam com a sociedade	2,904	1,0890	11,4	21,2	41,9	16,5	9,0
Empresários se preocupam com o bem-estar de seus empregados	2,989	1,0538	10,3	15,9	47,6	17,0	9,2

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

A partir dos dados apresentados, verifica-se que a maior parte dos respondentes concorda que os empresários são pessoas fundamentais para o crescimento da economia (média 4,120). Constata-se, entretanto, que a maioria dos respondentes também acredita que, em geral, os empresários pensam apenas em seus lucros.

Em seguida, são apresentados os resultados sobre a diferença de percepção entre os diversos grupos que compuseram a amostra. Inicialmente, é importante destacar que as variáveis socioeconômicas, como gênero, nível de escolaridade, renda familiar e etnia não tiveram diferenças significativas com as dimensões analisadas, mostrando,

assim, não serem determinantes na percepção de capitalismo, governo ou de empresários. Verificou-se, contudo, diferença entre os grupos caracterizados por estado civil e por religião, conforme mostra a Tabela 5.

Tabela 5 – Diferença entre grupos

Variável sociodemográfica	Percepção sobre Capitalismo		Percepção sobre Governo		Percepção sobre Empresários		
	Média	DP	Média	DP	Média	DP	
Estado Civil	Solteiro	3,34	,594	3,31	,585	3,25	,462
	Casado	3,15	,623	3,45	,583	3,30	,403
	Divorciado	3,05	,647	3,47	,566	3,24	,624
	Viúvo	2,66	,288	4,11	,693	3,26	,305
Z score		5,623		4,053		,394	
Sig		,001		,007		,757	
Religião	Católica (Ortodoxa, Romana)	3,20	,616	3,46	,558	3,29	,472
	Protestante	3,08	,537	3,63	,770	3,33	,246
	Pentecostal	3,26	,645	3,70	,540	3,36	,485
	Espírita	3,32	,615	3,29	,427	3,38	,366
	Sem Religião	3,40	,578	3,04	,559	3,14	,411
Z score		1,734		6,968		1,576	
Sig		,057		,000		,095	

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Transcorrida essa etapa inicial de apresentação descritiva e univariada dos resultados, procedeu-se a análise de correlação entre as variáveis sociodemográficas e as percepções sobre capitalismo, governo e empresários (Tabela 6).

Tabela 6 – Correlação entre as variáveis socioeconômicas e dimensões (n = 534)

	Gênero	Est. Civil	Renda	Esc.	Relig.	Etnia	PCAP	PEST	PEMP
Gênero	1								
Estado Civil	,003	1							
Renda	-,078	,091*	1						
Escolaridade	,069	,039	,290**	1					
Religião	,224**	-,187**	,046	-,092*	1				
Etnia	-,141**	-,054	-,052	-,068	,141**	1			
Percepção de Capitalismo (PCAP)	-,006	-,173**	-,036	0,20	,132**	,067	1		
Percepção de Estado (PEST)	,033	,135**	-,072	,004	-,301**	-,057	,029	1	
Percepção de Empresários (PEMP)	-,025	-,026	,021	,043	-,143**	-,102*	,196**	,160**	1

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

As correlações exploratórias entre as variáveis em análise, apresentadas na Tabela 6, foram desenvolvidas utilizando a análise de correlação por meio do coeficiente linear de correlação de Pearson, haja vista a normalidade dos dados. No coeficiente de correlação de Pearson (r), conforme evidenciado em Hair Jr. *et al.* (2005), é considerada uma: (1) relação muito forte quando a variação é entre 0,91 e 1,00; (2) alta quando a variação

é entre 0,71 e 0,90; (3) moderada quando a variação é de 0,41 e 0,70; (4) pequena, mas definida quando varia entre 0,21 e 0,40; e (5) leve, quase imperceptível quando a variação se encontra entre 0,01 e 0,20.

Dentre as relações obtidas, cabe evidenciar que a religião possui correlação significativa com a percepção de capitalismo, dos empresários e de Estado. Não obstante, observa-se que a percepção de capitalismo e a percepção de estado estão positivamente correlacionadas com a percepção dos empresários.

DISCUSSÕES

Os resultados encontrados nesta pesquisa permitem levantar algumas questões importantes para a teoria e para a prática. Como visto, os resultados obtidos mostram que não há fortes correlações entre grupos específicos com determinados pensamentos ou visões políticas e sociais, uma vez que pessoas com históricos e características parecidas podem, por vezes, discordar completamente em suas percepções.

Mises (1979) já afirmava que tudo o que ocorre na sociedade de nossos dias é fruto de ideias, sejam elas boas, sejam elas más. Seguindo esta linha de pensamento, é possível sugerir que a forte divisão de opiniões e vertentes políticas, presentes atualmente, pode ser fruto de ideias preconcebidas, representadas por meio de governantes e legisladores escolhidos pelo voto popular. A questão, no entanto, é que a nação como um todo nunca está representada, e todos os problemas, mesmo os de política exterior, são encarados do ponto de vista dos interesses especiais de grupos de pressão, ou bancadas, como são popularmente conhecidas, e isso, por sua vez, gera uma forte divisão retratada nesta pesquisa.

Do mesmo modo, ao verificar-se que a maior parte dos respondentes acredita que o capitalismo incentiva a criação de inovações e, apesar disso, muitos respondentes também acreditam que ele promove desigualdades sociais, é possível destacar, então, na percepção dos respondentes, a capacidade de o capitalismo incentivar inovações, que pode estar atrelada a ideia percebida desde a origem desse sistema, a partir da criação de estratégias para suprir as necessidades e desejos humanos (MISES, 1979). A partir das respostas, no entanto, pode-se afirmar que os participantes não conseguem perceber essa inovação, sendo utilizadas para equilíbrio entre interesses econômicos, sociais e ambientais. Percebe-se, então, um alinhamento às percepções defendidas por estudiosos de que a abordagem capitalista não leva em conta a preservação dos recursos naturais (CASTRO, 2004) e, ainda, une-se às abordagens anticapitalistas que evidenciam os problemas sociais impostos por esse modelo de desenvolvimento (HARVEY, 1982).

No que se refere ao estado, nota-se uma perspectiva mais liberal nas respostas dos participantes. Há, contudo, uma clara divisão entre vieses progressistas e conservadores. Destaca-se que em termos econômicos e de mercado, os respondentes tendem a ser contrários ao intervencionismo estatal, e suas respostas identificam-se mais com uma abordagem de economia de livre-mercado. Por outro lado, a respeito de atividades de preservação da ordem ou produção de segurança, os participantes concordam com uma abordagem intervencionista do Estado (MISES, 1979).

Quanto à figura do empresário, a partir dos dados apresentados verifica-se que a maior parte dos respondentes concorda que os empresários são pessoas fundamentais para o crescimento da economia, porém, em geral, a amostra acredita que os empresários pensam apenas em seus lucros. Tais resultados, embora pareçam um pouco fora do seu tempo, podem ser explicados nas teorias econômicas do desenvolvimento, como a de Schumpeter (1988), o qual destaca a figura do empresário na criação de novos mercados e na introdução de novas combinações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS, LIMITAÇÕES E PESQUISAS FUTURAS

O debate político está cada vez mais presente no cotidiano de todos e, por ser tão impactante, tornou-se uma importante questão social e econômica. A presente pesquisa teve como objetivo geral identificar a percepção da população sobre o capitalismo, o governo e a figura do empresário no cenário brasileiro. Para atingir o proposto, foi conduzida uma pesquisa descritiva, de abordagem quantitativa, operacionalizada por meio de uma *survey* com 534 respondentes. Além da percepção dos respondentes sobre as dimensões capitalismo, governo e empresários, buscou-se descrever diferenças entre grupos socioeconômicos.

Na análise da diferença entre grupos constatou-se que as variáveis sociodemográficas de gênero, escolaridade, renda e etnia não tiveram diferenças significativas em relação às percepções de capitalismo, governo e empresários. Por outro lado, a religião possui correlação significativa com a percepção de capitalismo, dos empresários e de Estado. Não obstante, observa-se que a percepção de capitalismo e a percepção de Estado estão positivamente correlacionadas com a percepção dos empresários.

É evidente que, embora a pesquisa tenha atingido o objetivo, deve-se listar algumas limitações, como o número de respondentes, que, embora seja uma amostra considerada adequada levando em conta o grau de confiabilidade e o *software* utilizado, pode não ser representativa da população em geral. Além disso, em relação à coleta de dados em que, ao utilizar uma amostragem por *snowball*, houve uma concentração das respostas no Estado de Santa Catarina e o tipo de corte utilizado – transversal –, ou seja, a coleta de dados ocorreu em um único momento, deve-se admitir que os resultados podem vir a variar ou mudar ao longo do tempo.

Outra limitação importante pode ser inerente ao estudo. Para operacionalizar os construtos (percepção de empresários, percepção de governo e percepção de capitalismo), foram usadas medidas objetivas. Outros pesquisadores usam outras medidas e trabalham com outros métodos (especialmente os qualitativos), mas estávamos cientes dessa limitação. Para realização de estudos futuros, sugere-se utilização de pesquisas experimentais para aferir estas percepções, a partir de realidades simuladas.

Estas limitações não diminuem a importância dos achados, mas trazem novas possibilidades de pesquisa. Primeiro, é cogente a compreensão dos impactos destas fortes posições políticas para o desenvolvimento e o crescimento econômico do país, bem como de seus impactos no estabelecimento de políticas públicas. Ademais, em uma perspectiva teórica, estudos futuros podem debruçar-se sobre questões conceituais de esquerda-direita, e pode-se interpretar estes temas sob a lente teórica da Economia da Informação. Em termos metodológicos, recomenda-se a condução de estudos longitudinais sobre o tema de modo a captar a percepção da população ao longo do tempo,

considerando mudanças políticas e econômicas. Igualmente, sugere-se estudos experimentais, capazes de simular situações de governos e empresários, e, por consequência, a resposta da população a eles.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, K. *et al.* A influência do ensino do empreendedorismo no potencial empreendedor do aluno. *Revista de Negócios*, v. 13, n. 2, p. 67-76, 2008.
- BAGGENSTOSS, S.; DONADONE, J. C. Empreendedorismo social: reflexões acerca do papel das organizações e do Estado. *Gestão e Sociedade*, v. 7, n. 16, p. 112-131, 2013.
- BAUNGARTE, B. T. *et al.* Pé no freio ou no acelerador? Uma análise empírica dos efeitos da corrupção sobre o empreendedorismo. *RACE - Revista de Administração, Contabilidade e Economia*, v. 18, n. 1, p.87-112, jan./abr. 2019.
- BELMONTE, A. A. Desemprego e informalidade. *O Globo*, 2016.
- BRANDER, J. A. *Government policy toward business*. 4. ed. Mississauga, Ontario: John Wiley & Sons Canada, 2006.
- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal; Centro Gráfico, 1988.
- BRAUDEL, Fernand. The Wheels of Commerce. *Civilization & Capitalism 15th-18th Century*. University of California: Los Angeles, 1982. V. 2.
- BURSZTYN, M. Ser ou não ser: eis a questão do Estado brasileiro. *Revista do Serviço Público*, Brasília: Fundação Escola Nacional de Administração Pública, v. 118, n. 3, p. 27-36, set./dez. 1994.
- CASTRO, C. J. Sustainable Development. *Organization & Environment*, v. 17, n. 2, 2004.
- CHOMSKY, N. *Excerpts from Manufacturing Consent*. 1992. Disponível em: https://chomsky.info/1992_02/. Acesso em: 21 nov. 2019.
- CRESWELL, J. W. *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*. Porto Alegre: Artmed, 2007.
- CUNHA, E. P.; REZENDE, T. D. D. de. Participação e miséria brasileira: o participacionismo nas condições de possibilidade do capitalismo no Brasil. *Revista de Administração Pública* (on-line), v. 52, n. 3, p. 345-362, maio/jun. 2018.
- DE PAULA, J. A.; CERQUEIRA, H. E. A. G.; ALBUQUERQUE, E. M. O empresário na teoria econômica. *Brazil. J. Polit. Econ.*, São Paulo, v. 24, n. 4, p. 571-593, 2004.
- DILLMAN, Don A. *Mail and Internet surveys: the tailored design method*. 2. ed. New York: Wiley& Sons, 2000.
- DOEPKE, M.; ZILIBOTTI, F. *Culture, Entrepreneurship and Growth*. National Bureau of Economic Research: Working Paper n. 19.141, 2013.
- FGV. Fundação Getúlio Vargas. *Custo do trabalho no Brasil: proposta de uma nova metodologia de mensuração*. 2012. Disponível em: [https://cmicro.fgv.br/sites/cmicro.fgv.br/files/file/Custo%20do%20Trabalho%20no%20Brasil%20-%20Relat%C3%B3rio%20Final\(1\).pdf](https://cmicro.fgv.br/sites/cmicro.fgv.br/files/file/Custo%20do%20Trabalho%20no%20Brasil%20-%20Relat%C3%B3rio%20Final(1).pdf). Acesso em: 21 maio 2020.
- GOERCK, C. Capitalismo e as transformações no processo de trabalho. *Revista Capital Científico*, v. 7, n. 1, jan./dez. 2009.
- GREGORY, P.; STUART, R. *The Global Economy and its Economic Systems*. South-Western College Pub. [S.l.]: [s.n.], 2013.
- GUROVITZ, H. Privatizações: ainda é pouco. *G1*, 2017. Disponível em: <http://g1.globo.com/mundo/blog/helio-gurovitz/post/privatizacoes-ainda-e-pouco.html>. Acesso em: 2 set. 2019.
- HAIR Jr. *et al.* *Análise multivariada de dados*. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.
- HALLGRIMSDOTTIR, H. C.; BENOIT, C. *From Wage Slaves to Wage Workers: Cultural Opportunity Structures and the Evolution of the Wage Demands of the Knights of Labor and the American Federation of Labor, 1880-1900*. Social Forces, 2007.
- HARRIS, J. Can Green Capitalism Build a Sustainable Society? *Journal International Critical Thought*, v. 3, n. 4, 2013.
- HARVEY, D. *The Limits to Capital*. Nova Iorque: Verso, 1982.
- HYMAN, L.; BAPTIST, E. E. *American Capitalism: A Reader*. [S.l.]: Simon & Schuster, 2014.
- IBOPE. Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística. *Pesquisa OAB/Ibope*. 2013. Disponível em: <https://noticias.r7.com/brasil/manifestacoes-agradam-a-84-dos-brasileiros-diz-pesquisa-ibope-06082013>. Acesso em: 21 maio 2020.

- IBOPE. Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística. *Ibope*: reprovação do governo Dilma se mantém em 69%; 10% aprovam. 2016. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2016-03/ibope-69-dos-brasileiros-consideram-governo-de-dilma-ruim-ou-pessimo>. Acesso em: 21 maio 2020.
- JONES, A. W. Solving the Ecological Problems of Capitalism: Capitalist and Socialist Possibilities. *Organization & Environment*, v. 24, issue 1, p. 54-73, 2011.
- KNAPP, A.; WRIGHT, V. *The Government and Politics of France*. Routledge, 2006.
- LAYRARGUES, P. P. Sistemas de gerenciamento ambiental, tecnologia limpa e consumidor verde: a delicada relação empresa-meio ambiente no ecocapitalismo. *Rev. Adm. Empres.*, São Paulo, v. 40, n. 2, p. 80-88, 2000.
- LAZONICK, W. *Competitive advantage on the shop floor*. Cambridge: Harvard University Press, 1990.
- MARX, K. Wage Labour and Capital. In: MARX, K.; ENGELS, F. *Marx and Frederick Engels, Collected Works*. v. 9, London: Lawrence & Wishart, 1977.
- MATTAR, F. N. *Pesquisa de marketing: metodologia, planejamento, execução e análise*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2014.
- MISES, L.V. *Economic Policy: Thoughts for Today and Tomorrow*. Margit Von Mises, 1979.
- NETO, H. P. Estado, sociedade e democracia: um novo contrato social para um novo estado social. *Desenvolvimento em Questão*, 1(2), p. 55-71, 2011.
- OSTERGAARD, G. *The tradition of workers' control*. London: Freedom Press, 1997.
- PEIXOTO, S. L. F.; ARRAIS, E. Políticas sociais públicas no capitalismo contemporâneo e a realidade brasileira. *RAUnP*, v. 4, n. 2, abr./set. 2012.
- PEREIRA, J. F. Da ausência ao intervencionismo: relações de poder entre o estado novo e as cooperativas de crédito gaúchas. *Revista Tempos Acadêmicos*, n. 5, 2007.
- PEREZ, O. C. Relações entre coletivos com as Jornadas de Junho. *Opinião Pública*, v. 25, n. 3, p. 577-596, dez. 2019.
- SANTOS, R. S. *et al.* A crise, o Estado e os equívocos da administração política do capitalismo contemporâneo. *Cadernos EBAPE.BR*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 4, p. 1.011-1.034, dez. 2016.
- SCHUMPETER, J. A. *A teoria do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- SOBRINHO, W. P. Constituição Federal completa 20 anos envelhecida e remendada. *Folha de São Paulo*, 2008. Disponível em: <https://m.folha.uol.com.br/poder/2008/10/451126-constituicao-federal-completa-20-anos-envelhecida-e-remendada.shtml>. Acesso em: 2 set. 2019.
- STILWELL, F. *Political Economy: The Contest of Economic Ideas*. Melbourne, Australia: Oxford University Press, 2002.
- TAVARES, L. F.; RODRIGUES, M. S. O Sebrae e o fortalecimento do discurso do empreendedorismo no Brasil: Uma análise a partir do relatório Global Entrepreneurship Monitor (GEM). *SINERGIA - Revista do Instituto de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis*, v. 19, n. 1, p. 47-56, 2015.
- TEIXEIRA, A. M. Poder Judiciário Brasileiro. *Jurisway*, 2011. Disponível em: https://www.jurisway.org.br/v2/dhall.asp?id_dh=5280. Acesso em: 2 set. 2019.
- TEODÓSIO, A. D. S. S. A cultura do capitalismo. (Richard Sennett – 2006). *Revista de Administração Contemporânea*, v. 11, n. 3, p. 273-273, 2007.
- THOMPSON, D. *What is Literature?* English in Education, 1966.
- WENDPAP, F. Erro político produziu Constituição difícil até para técnicos. *Conjur*, 2004. Disponível em: https://www.conjur.com.br/2004jun13/erro_politico_1988_produziu_constituicao_dificil. Acesso em: 2 set. 2019.
- ZIMBALIST, A.; SHERMAN, H. J.; BROWN, S. Comparing Economic Systems: A Political-Economic Approach. *Harcourt College Pub.*, p. 6-7, 1988.